

MARIA APARECIDA RUFINO VIEIRA



INCLUSÃO, UMA FILOSOFIA DE EDUCAÇÃO

d S+40269

Tombo n°	7141
Classif.:	
Ex.:	1
Origem:	<i>d</i>
Data:	17.03.03

RUBIATABA --- 2001

MARIA APARECIDA RUFINO VIEIRA

INCLUSÃO, UMA FILOSOFIA DE EDUCAÇÃO

Monografia apresentada como exigência para conclusão do curso de Filosofia da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba, sob a orientação do professor Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos.

RUBIATABA — 2001

BIOGRAFIA

Maria Aparecida Rufino Vieira, nascida em 27 de agosto de 1967, na cidade de Crixás, estado de Goiás, Brasil. Professora da rede Pública Estadual, Ensino Fundamental, desde fevereiro de 1987. Coursou Faculdade de Filosofia na FACER de Rubiataba_Go. De 1998 a 2001. É apaixonada pela vida e amante da Filosofia; tem como incentivo principal de viver a família, acredita que através da família é possível conhecer a felicidade e auto realizar-se.

DEDICATÓRIA

Com orgulho e carinho dedico este trabalho monográfico à minha família e a todos que contribuíram comigo nesta caminhada.

De maneira especial dedico ao meu primeiro neto que nascerá em fevereiro de 2002, que desde sua concepção tem sido motivo de mudanças, esperança e felicidade em minha vida.

AGRADECIMENTO

A Deus pelo dom da vida, pela inteligência e oportunidade que possibilitou-me chegar até aqui.

A meu marido Valdemar Luiz Vieira, meus filhos, Rodrigo Luiz Vieira e Naiane Aparecida Vieira; pessoas especiais que se tornaram mola geradora de estímulos e força nesta conquista.

Aos meus Pais, irmãos e demais familiares por terem acreditado e apoiado-me nesta caminhada do saber.

Especialmente, aos professores, amigos e colegas pela companhia e carinho, graças a todos, hoje tenho certeza que tudo valeu a pena.

SUMÁRIO

Introdução	01
------------------	----

CAPÍTULO I

Histórico.....	03
Exclusão.....	04
Segregação.....	07
Segregação na Educação_ Educação Especial.....	09
Integração	11
Inclusão.....	13

CAPÍTULO II

Amparo Legal.....	16
Do governo de Hitler aos anos 80.....	17
Dos anos 90 ao início do século XXI.....	21
Pressupostos Legais Atuais.....	23
Um dever da sociedade, escola, família e estado.....	24

CAPÍTULO III

Vantagens e obstáculos.....	26
Reconhecimento, respeito e valorização do ser humano.....	27
Falta de Estrutura: política, financeira e intelectual.....	30
Preconceitos e falta de compromisso.....	32
Conclusão.....	34
Referências Bibliográficas.....	36

INTRODUÇÃO

Segundo Romeu Sasaki, a criança especial é antes de tudo, uma criança e, além de ser criança, ela possui necessidades especiais decorrentes de determinadas condições atípicas que as outras crianças não possuem.

Entre tantas especificidades a criança com “deficiência” é uma criança especial, pois a sua deficiência (física, mental, visual, auditiva e/ ou múltipla) pode ser de tal extensão que lhe impõe necessidades especiais em áreas como: lazer, educação e cuidados pessoais.

O progresso histórico dos deficientes é marcado por lutas, discriminação e muito sofrimento nas diferentes fases: exclusão, segregação, integração e inclusão. As grandes inovações para atingir suas realizações devem ser através de processo, mudanças e transformações.

O desenrolar deste processo na história dos deficientes tem como resultado hoje a inclusão, uma filosofia educacional e social que tem por finalidade inserir na educação e na sociedade, as pessoas com Necessidades Especiais de forma que haja uma verdadeira integração de ambas as partes.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração de Salamanca; Constituição Federal_ Brasil e LDB 9.394/96; são algumas entre as leis atuais que ampara o “deficiente”, assegurando-lhe seu direito a cidadania.

A política de inclusão trata não apenas de inserir as pessoas com Necessidades Especiais na rede regular de ensino e na comunidade. Mas, de adequar as estruturas físicas e sociais para receber e atender a pessoa com deficiência conforme sua necessidade.

I

CAPÍTULO

HISTÓRICO

EXCLUSÃO

Os problemas sociais que envolvem os “deficientes” acompanham os homens desde os tempos mais remotos da civilização.

Na antigüidade pode-se observar basicamente dois tipos de atitudes para com as pessoas doentes, idosos ou portadores de deficiência: uma atitude de aceitação, tolerância, apoio e assimilação; outra de eliminação, menosprezo ou destruição.

Nas culturas primitivas que sobreviviam basicamente da caça e da pesca, os idosos, doentes e portadores de deficiências eram geralmente, abandonados, por um considerável número de tribos, em ambientes agrestes e perigosos, e a morte se dava por inanição ou por ataque de animais ferozes.

É importante ressaltar que a atitude de abandono e morte dos idosos, doentes e deficientes não eram comum a todos os povos, a tribo dos Azande por exemplo, apesar de acreditarem em feitiçaria, não chegaram a relacionar defeitos físicos com intervenções sobrenaturais. As crianças anormais nunca foram abandonadas ou mortas (excluídas).

Outro exemplo de povos que não prejudicavam nem matavam as crianças ou adultos com deficiência é a tribo dos Xangga. Eles acreditavam que os maus espíritos habitavam as pessoas deficientes e nelas arquitetavam e se deliciavam para tornar possível a todos os demais membros a normalidade, portanto, cuidavam dos deficientes com dedicação como se estes fossem responsáveis pela expiação do pecado do restante da população.

O mesmo não acontecia com os índios Ajares que viviam nas regiões pantanosas, devido ao nomadismo da tribo, eliminavam os recém-nascidos com deficiências ou mesmo aqueles indivíduos não desejados. Quanto aos velhos ou aos

que devido às circunstâncias ficaram deficientes eram enterrados vivos, por solicitações próprias ou mesmo contra suas vontades. Consideravam alguns esse tipo de morte altamente desejável, pois a terra os protegeria contra tudo e contra todos.

Quanto aos Esquimós, estes deixavam os velhos e deficientes por suas próprias orientações em locais propícios e próximos dos pontos de aparecimento contínuo dos ursos brancos, para serem por eles devorados. Os ursos brancos eram considerados animais sagrados e de grande utilidade para a tribo e por isto deviam manter-se bem alimentados. Assim, sua pele mantinha-se, também em ótimo estado para que quando mortos servisse de agasalho para a população.

Entre os Hebreus, toda doença crônica ou deficiência física, ou qualquer deformação corporal simbolizava impureza ou pecado. Pois para eles a deficiência era um sinal de desarmonia ou obra dos maus espíritos.

Na Grécia antiga, as pessoas deficientes/diferentes/desviantes tinham conforme o momento histórico, seu destino selado com a morte ou simplesmente eram abandonados. Conta-nos Amaral (1995, p43) que o estado greco-romano tinha o direito de não permitir cidadãos disformes ou monstruosos, e ordenava ao pai que matasse o filho que nascesse nessas condições.

A medicina e a jurisprudência cuidarão apenas dos cidadãos bem formados de corpo e alma, deixando morrer os que forem corporalmente defeituosos (...) é o melhor tanto para esses desgraçados como para a cidade em que vivem¹.

Já por toda a Idade Média, os indivíduos que apresentavam qualquer deformação física tinham poucas chances de sobrevivência, tendo em vista a concepção dominante de que essas pessoas possuíam poderes especiais oriundos dos demônios, bruxas e ou duendes malignos.

A ligação do demônio, do satânico à deformidade física, durante esta época, pode ser facilmente percebida, bastando olhar os quadros pintados. Nesses quadros, tantos espíritos malignos da hierarquia imaginária de satã, quanto os seres lendários e de comportamento malévolos e desumano são invariavelmente representado por seres com rostos monstruosos e muitas outras deformações físicas.

¹ Conforme escreve Platão, em seu livro III da *República*.

Apesar dos esforços eventuais dos grupos religiosos ou mesmo da própria doutrina cristã, o povo em geral acreditava que um corpo deformado somente poderia abrigar também uma mente deformada.

No Brasil nos períodos, colonial e imperial, apresenta algumas peculiaridades interessantes; contam alguns historiadores, que era raríssimo encontrar aleijados, cegos, surdos-mudos, coxos, etc. entre os indígenas brasileiros nos primórdios da colonização.

Os dados históricos consultados indicam que as poucas anomalias físicas que alguns índios portavam eram fruto de guerras ou acidentes na selva. A deficiência física de origem congênita ou como consequência de doenças, assim que descobertas, as crianças eram sacrificadas pelos pais após o nascimento.

É bom observar que a exclusão social ocorreu desde tempos imemoriais, não só no caso de deformidades físicas ou mentais, mas em todas as "deficiências", tudo dependendo do momento histórico e da sociedade em questão.

No entanto hoje o termo "exclusão" é objeto de estudo de diferentes ciências, e busca dar conta de diferentes fenômenos do mundo. A biologia de Darwin, ao explicar através da seleção natural o processo pelo qual os seres mais evoluídos e desenvolvidos, mais fortes e capazes, sobrevivem em relação aos mais fracos ou menos evoluídos, legitima a exclusão social como tendo origem em processos biológicos, naturalizando suas causas. Desse modo pouco o homem teria como escolha, frente ao determinismo da natureza.

SEGREGAÇÃO

Com o advento do Renascimento a situação social das pessoas portadoras de deficiências, conseguiu alguns passos rumo à superação da triste fase histórica do homem excluído. O período renascentista, significou o grande marco no campo dos direitos e deveres dos deficientes.

A fundamental característica humana deste período que buscava o reconhecimento do valor do homem e da humanidade associada ao naturalismo, com o renovado interesse pela pesquisa direta na natureza, trouxeram grandes avanços no campo da reabilitação física, pois a partir daí estudos e experiências, nesta área do conhecimento, começaram a ser realizados com relativos êxitos².

Um outro fator que deve ser considerado, como indicadores de melhoria nas relações com os deficientes, se refere ao fato de grandes personalidades, em cada época, serem portadoras de alguma anomalia congênita ou adquirida. Alguns exemplos são: _ Luís de Camões, cavaleiro-fidalgo português, que perdeu um de seus olhos em luta contra os marroquinos. É considerado um dos maiores poetas portugueses.

Galileu Galilei, matemático, astrônomo, inventor do telescópio. Revolucionou o mundo com a teoria heliocêntrica. Ficou cego nos últimos quatro anos de sua vida, e, mesmo assim continuou estudando e pesquisando.

² Por exemplo *De Inventione Dialética* de Bauer (1443 e 1485) e *Erros Populares relativos à medicina e ao Regime de saúde* de Joubert (1529 a 1582).

Johannes Kepler, astrônomo alemão, desenvolveu importantes estudos sobre o movimento dos planetas. Kepler tinha uma séria deficiência visual causada por sarampo aos quatro anos de idade.

No Brasil entre tantos destacamos Antonio Francisco Lisboa, "O aleijadinho", considerado um dos maiores escultores brasileiros. Vítima de uma tromboangite obliterante, caracterizada por ulcerações nas mãos, mesmo assim seu trabalho era realizado tendo as ferramentas amarradas em suas mãos...

Apesar das evidentes demonstrações de capacidade e habilidades dos vários "deficientes" ilustres, através da história, a situação dessas pessoas, principalmente as pertencentes às camadas mais baixas da sociedade continuou a mesma, (marginalizados e discriminados). A grande maioria das instituições e organização de reabilitação criadas para atender os pobres, velhos e paráliticos, pautavam seu trabalho numa filosofia assistencialista filantrópica e segregacionista. A partir daí, os "deficientes" já não eram mais vistos como seres inúteis e imprestáveis, as tentativas de recuperação e aproveitamento das habilidades e capacidades dessas pessoas para o mercado de trabalho se tornou uma tendência irreversível.

A SEGREGAÇÃO NA EDUCAÇÃO_

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Todas as mudanças que ocorreram na história da humanidade, mesmo aquelas que causaram grandes rupturas e dá a impressão que são acontecimentos instantâneos; na verdade passaram por um processo. A história dos excluídos não foi diferente; como já foi abordado no início do capítulo, houve divergência no tratamento dos deficientes.

No Brasil enquanto uma parte da população discriminava e excluía os "deficientes", podem ser citados pessoas que procuraram, mesmo que, de forma segregacionista a oferecer um mínimo de condição de vida a estas pessoas que eram consideradas um empecilho à outra parte da sociedade e ou até mesmo ao estado.

É possível destacar algumas iniciativas oficiais e particulares isoladas, que foram criadas com a finalidade de dar aos excluídos a oportunidade de viverem como por exemplo: O Imperial Instituto dos Meninos Cegos do Rio de Janeiro; fundado por D. Pedro II em 1854, a primeira escola no Brasil com o objetivo de atender os portadores de deficiência visual, passando a ser chamado mais tarde de Instituto Benjamin Constant (IBC).

D. Pedro II criou ainda em 1857, o Imperial Instituto dos surdos mudos, graças ao esforço de seu irmão Ernesto Huet a qual cem anos mais tarde, passou a se chamar Instituto Nacional de Surdos (INES).

Somente em 1882 houve o primeiro congresso de Instituto Público, com a finalidade de formar professores para atender cegos e surdo. E em 1946, foi instalada a fundação para o livro do cego no Brasil, cujo objetivo era produzir e distribuir livros em braile.

Vale a pena destacar ainda O Lar-Exale São Francisco, fundado em 1943, especializada na reabilitação de deficientes físicos; O primeiro Instituto Pestalozze em 1926 e a APAE do Rio de Janeiro fundada em 1954.

Embora a Educação Especial teve a concepção de ser a salvação para as crianças e adolescentes que não conseguiam ou não podiam acompanhar uma classe “normal”, a opinião de psicólogos e educadores argumentam que a Educação Especial é uma “prática segregacionista”.

O termo Educação Especial define, por um lado, práticas educativas para crianças e adolescentes que precisam de um atendimento metodológico, atenção e instrumentos específicos que se adequem às suas necessidades especiais. Por outro lado, o termo Educação Especial entendido como uma prática segregacionista pela maneira como se desenvolveu ao longo dos anos, servindo para legitimar a discriminação e o despreparo das instituições de ensino para lidar com as chamadas “crianças-problemas” separando-as das outras crianças.

A simples criação das escolas especiais através da separação do espaço físico ou da divisão das classes em “normais” e “especiais”, a Educação já pré-instala uma separação imaginária através da classificação. E ao tentar resolver, por um lado, o aspecto da facilitação da aprendizagem, ela falha por outro, ao promover a separação, a rotulação, a discriminação e a segregação.

INTEGRAÇÃO

A prática da integração definiu-se mais claramente nas décadas de 60 e 70, baseado no “modelo médico”, cuja proposta visa modificar (habilitar, reabilitar, educar), a pessoa com deficiência, para torná-la apta a satisfazer os padrões aceitos no meio social (familiar, escolar, profissional, recreativo, ambiental).

A integração é uma prática social que aparentemente inclui o deficiente na sociedade, só que de forma seletiva, na qual o indivíduo tem que adaptar-se ao meio após passar por diversas barreiras tendo que provar sua competência.

Sob o enfoque psicossocial, a integração deve representar, uma via de mão dupla, envolvendo os portadores de deficiência e a comunidade das pessoas consideradas “normais”. Para isso é necessário mudanças de atitude, pois, na maioria das vezes os deficientes são apenas inseridos no convívio com outras pessoas, sem que efetivem, entre todos, trocas interativas com plena aceitação dos deficientes, o que muitas vezes influencia na desvalorização da sua auto-imagem e da sua auto-estima.

A integração é um processo político, social, econômico, histórico e pedagógico; como já vimos tem fundamental importância no progresso da educação especial, pois busca a “dessegregação” dos alunos. Pois é dinâmica e assume as várias necessidades e características de cada indivíduo, sempre levando-se em conta seu contexto socioeconômico.

O processo integracionista é semelhante a “cascata” que segue seu curso natural, todos os que pretenderem acompanhá-la tem que inserir e não deixar ser lançado fora. Entretanto, muitos portadores de deficiência não conseguiram adaptar-se ao sistema, pois as cobranças foram muitas e pouco se oferecia por não

sentirem-se aptos para ingressar na sociedade vários fracassaram; estar juntos, "normal" e "deficiente", não significa integrar é preciso haver interação de ambos os lados.

INCLUSÃO

A educação é um processo que tem por finalidade levar o educando a aproximar da perfeição divina. Desde os tempos do Cristianismo, os quatro evangelistas se preocuparam em transmitir os ensinamentos de Jesus Cristo; de forma a atingir todas as pessoas sem distinção.

Em toda a trajetória de Cristo e depois de seus discípulos é possível observar que os marginalizados tinham prioridade, eram curados, resgatados da margem social e integrado ao grupo de cristãos.

Para os cristãos o saber é um instrumento que deve ser utilizado para justificar sua fé onde resulta a sua importância do processo educativo.

Para Agostinho, a educação deve levar o educando a reconhecer seu fim último que só pode ser Deus e que os demais fins devem ser apenas meios para alcançá-lo. Portanto, é preciso que o educando seja elevado até o mundo das idéias, com a ajuda do educador e com a iluminação divina.

Segundo São Tomás de Aquino, Deus é o modelo do mestre, o educador que ensina o educando a partir de onde este se encontra, infundindo-lhe os primeiros princípios do conhecimento. Pois, o educador deve ajudar o educando a tornar real sua capacidade potencial, desabrochando seu potencial intelectual.

As pessoas comprometidas com a educação que lutam em favor dos direitos humanos durante toda história buscam melhorar o padrão de educação oferecido; onde a escola realiza um trabalho de atendimento aos portadores de deficiência junto com os "normais".

A inclusão é fruto de uma história, que passou por várias etapas e atinge no momento o início de sua realização. Beneficia a todos, uma vez que, sadio

sentimentos de respeito a diferença, cooperação e solidariedade possa se desenvolver no ser humano.

A Educação Inclusiva é um conceito que vem ganhando espaço nos Ministérios da Educação em todo o mundo e impõe um pensamento novo e uma reflexão fundamental sobre o significado e a finalidade da Educação para todos. É o meio mais eficiente de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando uma integração total.

O paradigma da inclusão tem a pretensão de abranger toda a gama de segmentos populacionais excluídos por qualquer motivo juntamente com os deficientes, uma vez que incluídas às pessoas mais acessíveis, será possível beneficiar as pessoas que estão à margem da sociedade ou a deficientes que ainda não foram atendidos pelos sistemas existentes e que talvez nunca venha o sê-lo.

A prática da inclusão leva em consideração princípios como a aceitação das diferenças individuais e a valorização da diversidade humana. Na verdade todas as pessoas, de todas as idades e de todas as classes sociais necessitam de atenção. Pois é através da convivência com tantas diferenças que acontece um aprendizado mútuo e significativo. Este é um processo de adequação da sociedade às necessidades de seus membros para que sendo incluídos, possam desenvolver-se e exercer plenamente a sua cidadania.

A convivência produz amizade, respeito, colaboração e cooperação entre as pessoas tornando-as mais felizes, mais tolerantes para com as diferenças, mais capazes de assumirem responsabilidades sociais e mais ricas em qualidade de vida. A inclusão é uma nova perspectiva para a humanidade buscar sua auto-realização através da realização do outro de forma que tanto a sociedade quanto as pessoas procurem adaptar-se mutuamente.

A luta das minorias para ter reconhecida e legitimada a sua existência de forma concreta, objetivando a conquista de direitos iguais, está sendo registrada na história da humanidade, em meio a última década do século XX e início do século XXI; deveria ser descrita como uma época inversa à do preconceito e da violência, do confronto entre os diferentes grupos sociais.

Educação Inclusiva é uma filosofia de educação que busca deixar na história sua marca registrada, com passos concretos e manejável começando nos sistemas escolares, para assegurar que todos os estudantes e ainda não estudantes

aprendam que “pertencer” é um direito e não status privilegiado que deve ser conquistado. E que o princípio fundamental seja a valorização da diversidade dentro da comunidade humana atual e nas gerações futuras.

Neste início de século, mediante a multiplicidade das diferenças humanas (físicas, sexuais, raciais, religiosas, sociais, econômicas, culturais, etc.) da sociedade contemporânea, todas as instituições civis e particularmente a escola; a inclusão é a filosofia e visão de que todas as crianças podem aprender através do envolvimento com as necessidades individuais, competências e diferenças, por meio do aprendizado cooperativo ampliando seus conhecimentos e habilidades. A inclusão é um processo mundial e irreversível.

Antes, ao dares um banquete, convidas aos pobres, os aleijados, os coxos e os cegos; serás bem-aventurado pelo fato de não terem eles como recompensar-te; a tua recompensa, porém, tu a receberás na ressurreição dos justos³.

³ (Lc 14.13,14)

II

CAPÍTULO

AMPARO
LEGAL

DO GOVERNO DE HITLER AOS ANOS 80

No período em que Hitler e Mussolini governavam a Alemanha e a Itália, com idéias radicais a respeito da perfeição e purificação da raça. A destruição e mortandade aconteceram sem limites eliminando negros, deficientes, judeus, etc. A prática da exclusão tornou-se uma política exemplar e dominante na época.

Tudo era legalmente permitido se fazer com seres humanos desde que estes não pertencessem à classe social considerada a “raça pura”. Todos os tipos de torturas, experimentos e atrocidades podia fazer para libertar a Alemanha e Itália dos impuros e inconvenientes. A prática destas leis criadas e adotadas por Hitler e Mussolini, causaram grandes influências também na maioria dos outros países.

Esta doutrina higienista dominante, refletiu também no Brasil no Governo de Vargas; um exemplo aconteceu na educação, quando tiveram a pretensão de resolver os problemas de saúde pública dos brasileiros com a exigência das atividades de Educação Física. Acreditavam fazer uma espécie de “asepsia social”, via prática desportiva.

Nesta época, a economia brasileira saía da agroexportação e passava para urbano-industrial. Esta mudança exigia dos brasileiros novas habilidades, conhecimentos e, sobretudo, um “novo corpo”. Estes e outros motivos levaram o governo a criar alguns decretos, artigos ou parágrafos que trataram os problemas de forma superficial e esporádica.

Foi criada a Portaria Ministerial n.º 13 de 1º de fevereiro de 1938, combinada com o Decreto 21.241/38, Art. 27 letra B, item 10, estabelece a proibição da matrícula em estabelecimento de ensino secundário, de alunos cujo estado patológico os impeça permanentemente das aulas de Educação Física¹.

Esta norma ministerial excluía sumariamente os deficientes não somente das aulas de Educação Física, como também da escola. Esta discriminação, teve por base a “perfeição do corpo” ou a eugenia da raça, com certeza são frutos da doutrina militar na década de 30.

O descaso com os excluídos era normal também perante a Lei até que, em 20 de dezembro de 1971, a “Assembléia Geral das Nações Unidas” proclamou “os direitos das pessoas mentalmente retardadas” e concitou as nações a protegerem esses direitos.

Em sua resolução 3.447, de 9 de dezembro de 1975, trigésimo período de sessão, a ONU proclamou a “Declaração dos Direitos do Deficiente”, conclamando uma ação nos planos nacional e internacional a fim de que esta declaração ficasse sendo uma base e referência comum para a proteção desses direitos.

Esta declaração dos “direitos dos deficientes” significou um grande marco na história de lutas destas pessoas, na medida em que obrigou os países membros da ONU, mesmo que de forma precária, traçarem política de apoio a elas.

O Estado brasileiro sempre possuiu um considerável conhecimento acerca da situação dos “deficientes” e, mesmo assim muito pouco ou quase nada realizou em termos concretos, antes da criação do Centro Nacional Educação Especial, Cenesp, em 1974.

Após a criação do Cenesp muitos outros decretos normas e leis foram criados em favor dos “deficientes”, quando estes passaram a ter alguns direitos como: a concessão de carteira nacional de habilitação aos DA e o direito de igualdade perante a Lei, sem discriminação de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas, previstos na Constituição Federal.

Na Emenda Constitucional n.º 00 0012 de 10 de outubro de 1978: É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica mediante a Educação Especial Gratuita, Assistência, Reabilitação e Reinserção na vida econômica e social do país, proibição de Discriminação inclusive quanto à

¹ Mario Ribeiro A. Catarino FILHO. *A educação física no estudo novo, história e doutrina*, p. 145.

admissão ao trabalho ou ao serviço público, salários e possibilidades de acesso a edifícios e logradouros públicos.

Até então, mesmo com tantas Leis em defesa dos “deficientes” a situação deles no Brasil continuava crítica, por falta da mobilização e conscientização social. Somente a partir de julho de 1980 com a criação da “Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes” (AIPD), tornou possível atender às exigências da ONU através dos trabalhos de divulgação por todo o País.

A comissão foi oficialmente instalada em 14 de janeiro de 1981 com a filosofia de nortear toda a linha de ação das diferentes comissões estaduais e municipais em atendimento à solicitação da ONU.

O plano de Ação dizia buscar a curto, médio e longo prazo: Conscientização; Prevenção; Educação; Reabilitação; Capacitação Profissional e Acesso ao trabalho; Renovação de Barreiras Arquitetônicas; Legislação².

A comissão Nacional do AIPD realizou somente duas reuniões com espaço de apenas um mês e no mesmo local, que dificultou às comissões estaduais e municipais a avaliação e divulgação das metas propostas implantadas.

Foram estabelecidas oito metas; e os procedimentos para realizá-las seriam por meio de filmetes de 30 segundos em âmbito nacional por emissoras de televisão; cartazes; divulgação em emissoras de rádio de todo o país; documentário e divulgação de campanha e mensagens através de jornais, entrevistas, entidades religiosas, escolas, etc.

A partir da AIPD foram elaborados vários projetos de apoio e ajuda ao deficiente por entidades públicas, religiosas e privadas. A preocupação com a situação dos deficientes começou a fazer parte da vida de vários brasileiros. O Estado se preocupou em capacitar profissionais para atenderem as diferentes deficiências; na educação os professores do Ensino Especial passaram a receber formação na área, e os deficientes passaram a ter acesso à transportes, educação atendimento hospitalar, trabalho, etc.

Os setores de elite da oposição (CNBB, BAB, ABI e grupos organizados no MDB) desempenharam seu papel auxiliar na história dos “deficientes”, através de

² BRASIL, MEC, CENESP, *Relatório de Atividades da Comissão Nacional do ano Internacional das Pessoas Deficientes*, p. 8.

movimento popular configurado na aliança entre as comunidades de base ligadas à igreja.

O processo de integração legal e social dos “deficientes” deu-se lentamente através dos anos e o reconhecimento e valorização, mesmo que de forma incipiente, ocorreram concomitantemente às alterações econômicas em todo o mundo.

DOS ANOS 90 AO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Em 1990, a Assembléia Geral da ONU, estabeleceu a meta de concluir, até 2010, o processo de construção de “uma sociedade para todos”. E, para apoiar ações de implementação dessa meta existe hoje o Fundo Voluntário das Nações Unidas sobre Deficiência.

O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntos, onde quer que isto seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças elas possam ter. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades³.

O documento Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais realizada em Salamanca/Espanha, representa um ponto de partida de todo um processo de transformação do sistema educacional, envolvendo também o atendimento às pessoas antes excluídas da educação, deficientes ou não.

“Entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”⁴. Com a homologação da LDB os estados brasileiros tiveram seu espaço e liberdade para atuarem de forma regularizada, numa política

³ Declaração de Salamanca, em junho de 1994.

educacional que fosse possível atender a todos sem distinção, superando os preconceitos e contornando os obstáculos arraigados pela cultura de um povo herdeiro da discriminação dos tempos da ditadura militar.

... a escola, ao considerar a diversidade, tem como valor máximo o respeito às diferenças_ não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa; podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento⁵.

Os PCN proporcionam total liberdade autonomia para que a escola possa adequar-se, metodologias e currículos de forma que atendam as especificidades de cada aluno; e a LDB oferece espaço até mesmo para a criação de um regimento e projetos que venha reestruturar as unidades escolares para atender a diversidade humana representada pelo alunado em potencial.

A inserção escolar oferece espaço para as pessoas com deficiência desde a Educação Infantil à Educação Superior, passando-se por todos os níveis. As pessoas antes consideradas incapazes, inválidas sem a menor chance de pertencer a sociedade devido à sua deficiência física, mental, sensorial, múltipla e características atípicas, ou até mesmo pessoas não deficientes que não eram capazes de enfrentar os desafios educacionais; são agora amparadas e protegidas pela “Lei” que oferece oportunidades para que estes indivíduos possam realizar-se como pessoa humana.

Foram criadas também “Leis”, para que o mercado de trabalho ofereça oportunidades de ingresso aos “deficientes”, tanto em órgãos públicos quanto privado. No âmbito federal todo concurso público deve destinar 20% das suas vagas para pessoas com deficiência. Estados e municípios também já possuem legislação específica. No setor privado são instituídas as seguintes reservas de cotas para as empresas: de 101 a 200 empregados 2% das vagas destina-se a deficientes; de 201 a 500 3% de 501 a 1000, 4%. E acima de 1000 empregados, 5%.

⁵ PCN_ Parâmetros Curriculares nacionais, p. 96-97.

PRESSUPOSTOS LEGAIS ATUAIS

Cenário Mundial

- _ Declaração Universal dos Direitos Humanos_ 1948
- _ Declaração mundial sobre Educação para todos_ Tailândia, 1990.
- _ Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática em Educação Especial_ Espanha, 1994.

Cenário Nacional

- _ Constituição Federal_ 1988.
- _ Estatuto da criança e do adolescente_ 1990.
- _ Plano decenal de Educação para todos_ 1993.
- _ Lei de Diretrizes e Base da Educação_ LDB, 1996.
- _ Política Nacional de Educação Especial_ MEC.
- _ Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica_ Brasília, 2001.

Cenário Estadual

- _ Lei complementar n.º 26/98_ das Diretrizes e Bases da Educação do Estado de Goiás.
- _ Plano plurianual 2000/2003_ SEE_ GO.
- _ Proposta conclusiva do Fórum de Educação para a Diversidade_ FUNCAD/UCG/SEE/SME_ Goiânia.
- _ Programa Estadual de Educação para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva_ SEE/SUEE.

UM DEVER DA SOCIEDADE, ESCOLA, FAMÍLIA E ESTADO

Como já foi citado anteriormente os portadores de deficiência sempre foram excluídos de qualquer atividade por serem considerados inválidos, sem utilidades e incapazes por trabalhar. Sasaki sintetiza esta idéia ao afirmar:

O processo de inclusão social, pelo qual a sociedade se adapta para incluir em seus sistemas sociais, pessoas com necessidades especiais e simultaneamente se preparam para assumir seus papéis nesta sociedade. Na inclusão social, as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos⁶.

A educação inclusiva é no momento uma realidade que surgiu para eliminar a exclusão social das pessoas deficientes. Vem sendo implantada em muitos países, desde a década de 80 e no Brasil a partir dos anos 90. Com o trabalho de sensibilização e conscientização vem a cada dia ganhando novos adeptos. Portanto, este processo contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações pequenas e grandes.

Na inclusão, cada situação envolve particularidades pessoais, é necessário atendimento individualizado para atingir melhores resultados; o deficiente Auditivo_ DA, por exemplo necessita de Intérprete para interpretar a comunicação que lhe é transmitida apenas por sons.

O deficiente Visual_ DV precisa do auxílio de um monitor vidente para transcrever a escrita de Braille para tinta e vice-versa, etc.

⁶ SASSAKI: O paradigma da Inclusão .

Para que o aprendizado tenha melhores resultados, as atividades não devem se restringir somente à escola. É extremamente necessário a participação e colaboração da família e da sociedade, além de ser um direito do "deficiente" é uma obrigação social e familiar buscando conhecer, participar e dar exemplos de cidadania. Não no sentido de ser "bonzinho", mas por uma questão de justiça.

Aos educadores cabe a busca dentro da pedagogia da política educacional, ampliar seus conhecimentos e adequar a metodologia de forma que atenda a diversidade. E para o Estado fica a responsabilidade da elaboração e realização de projetos que promovam cursos de aperfeiçoamento aos profissionais da Educação, programas de conscientização da população, assistência médica, social e psicológica ao deficiente e seus familiares, e ainda a adequação do espaço físico no que for necessário.

O dever da escola é preparar o aluno para o sucesso profissional e uma vida independente; formar profissionais capacitados e oferecer-lhes oportunidades de auto-realização com uma educação para a vida.

III

CAPÍTULO

VANTAJENS E
OBSTÁCULOS

RECONHECIMENTO, RESPEITO E VALORIZAÇÃO DO SER HUMANO

Em face dos múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável da humanidade na construção dos ideais de paz, liberdade e justiça social¹.

Uma educação de qualidade deve ser capaz de oferecer a todos os cidadãos: crianças, adolescentes, jovens e adultos, requisitos mínimos para se trabalhar e viver numa sociedade moderna. Sem uma educação básica de qualidade, as pessoas simplesmente não terão condições sequer de competir no novo mercado de trabalho transformado pelas novas tecnologias. Na era do conhecimento, a educação está se tornando cada vez mais um fator de inclusão social.

A educação inclusiva pretende promover uma aprendizagem realmente significativa para o aluno, levando-o a uma atitude consciente e relacionada com sua própria realidade, na tentativa de eliminar as barreiras físicas e sociais oferecendo às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), oportunidades de acesso a lugares, ao trabalho e a escola, melhorando assim seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

A escola inclusiva não se faz com imposição, mas sim, com boa vontade, mobilização, conscientização, entusiasmo, convicção e trabalho. Com a meta de atender as diversidades, respeitar e valorizar as potencialidades e corresponder às necessidades de todos. Tendo como resultado um trabalho dentro da comunidade escolar que se estende a toda sociedade e família; colaborando com a educação

¹ Prefácio do relatório de Jacques Delors.

geral para que aconteça uma mudança de mentalidade e atitudes sociais, em favor da aceitação da diferença.

É necessário um trabalho eficaz para que a sociedade passe a aceitar naturalmente todas aquelas pessoas que não estejam dentro do padrão considerado “comum”, padrão este, construído pela cultura ao longo dos tempos, pelas experiências, aprendizagens, vivências e a forma de ser. A escola deve realizar um trabalho de inserção dos alunos com NEE, enquanto cidadãos, com seus respectivos direitos e deveres de participação e contribuição social.

A inserção de pessoas “deficientes” no processo de inclusão escolar e social deve ser feito de maneira direta pela vivência de situações, mobilizações e transformações de posturas, procurando desenvolver níveis diferenciados que vão além da informação, de forma a atingir os valores, a aprendizagem e a cultura; com o objetivo de formar uma sociedade menos preconceituosa e mais solidária.

O trabalho educacional é desenvolvido levando-se em consideração a vivência, conhecimento e habilidade do aluno, como meio de chegar a zona de desenvolvimento facilitando assim, o processo de ensino aprendizagem. Afinal todos tem uma NEE², uns mais, outros menos acentuadas.

As pessoas com NEE são ainda esquecidas, discriminadas e marginalizadas pela própria estrutura social. Muitas vezes são tratados com indiferença em consequência do desejo inconsciente de uma sociedade considerada “perfeita”; é função da educação inclusiva mudar esta realidade, dando oportunidade à sua clientela de desenvolver várias atividades que levam as pessoas a acreditarem no potencial humano, começando a construir um futuro muito mais tolerante, inclusivo e democrático.

O regime democrático educacional, consiste num progresso que amplia o acesso a direitos e garante a plena participação com regras claras e aplicáveis a todos. A inclusão no contexto político educacional é um processo de democratização que oferece a todos a oportunidade de acesso e permanência na escola.

² Necessidades Especiais caracterizam-se em: Deficiência Física, mental, auditiva, visual e múltiplas; autismo; dificuldade de aprendizagem; insuficiências orgânicas; superdotação; problema de conduta; distúrbio de déficit de atenção com hiperatividade; distúrbio obsessivo compulsivo; síndrome de Tourette; distúrbios emocionais; transtornos mentais, etc.

A inclusão é um processo, um desafio e ao mesmo tempo uma troca afetiva. A aproximação se dá exatamente pelo lado afetivo e é trabalho para toda a sociedade, um trabalho essencial para construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual as diferenças sejam consideradas e respeitadas³.

Toda escola inclusiva está em processo de inclusão e são considerados diversos fatos positivos que já foram experimentados. “veja o caso de Fabiana Yuri Kyomoto, 15 anos, aluna da 7^a série do Centro Educacional Piaget. Fabiana sofre de espinha bífida (um defeito congênito no tubo neural do embrião), o que torna insensível toda sua região pélvica. Por isso mesmo, ela não tem consciência nem controle dos esfíncter e da bexiga; é obrigada a usar fraldas e sonda, e somente percebe sua incontinência ao sentir o cheiro das fezes. Quando entrou na escola, há 4 anos, ninguém queria ficar perto dela e quase todos faziam piadinhas sobre sua condição. Problema insuportável? De jeito nenhum: a dificuldade de Fabiana virou tema de estudo.

Durante as explicações sobre o corpo humano, os alunos começaram a perguntar porque Fabiana fazia cocô sem saber. Ela mesma explicaria: pesquisou o assunto com seu médico, a partir de um questionário dos colegas, e expôs o problema para a classe sem constrangimento. Durante as explicações, descobriram que ela já menstruava. Essa compreensão e cumplicidade que se estabeleceu na classe substituiu as piadas maldosas por solidariedade. Hoje, sempre que sentem o cheiro, os colegas de Fabiana prontamente avisam a menina⁴.

³ Marilene, Ribeiro dos SANTOS. *Secretária de Educação Especial do MEC_ entrevista a Nova Escola_ junho 1999.*

⁴ (Nova Escola_ junho 1999).

FALTA DE ESTRUTURA: POLÍTICA, FINANCEIRA E INTELECTUAL

As atitudes e hábitos negativos que existem dentro da escola e no sistema educacional como um todo, são sem dúvida barreiras para a educação inclusiva, barreiras estas, que para contorná-las é necessário que aconteçam reformas nas áreas chave tais como desenvolvimento e adaptação de currículos, educação de professores, reformulação na política educacional, onde as autoridades tenham um objetivo comum e organização geral no sistema escolar.

Existe a necessidade de desenvolver currículos apropriados e flexíveis, permitindo aos professores dar tempo adicional e apoio a crianças que tem necessidades especiais de aprendizado. É também importante criar padrões de avaliação que respeitem a diversidade de capacidade dos alunos, que nem sempre acontece dificultando a inserção desses alunos na educação, os quais muitas vezes desistem ou são reprovados.

Os professores de escolas comuns necessitam receber instruções adequadas para poderem lidar com grupos diversificados de alunos, incluindo crianças com deficiências e dificuldades de aprendizado, pois até bem pouco tempo estas capacitações eram poucas e limitadas, para os professores que atuavam em salas especiais atendendo a forma segregadora de educação. O profissional despreparado acaba contribuindo para o insucesso do aluno com NEE e conseqüentemente para o insucesso da inclusão desses alunos na escola e na sociedade.

Segundo Maria Tereza (professora da Unicamp), os professores brasileiros estão atrasados e despreparados para a inclusão escolar. Pois o

professor é malformado e não é desafiado. Ele já está acostumado a usar o livro didático com todas as informações que precisa passar. Enquanto que, para acontecer a construção do conhecimento o professor precisa enfrentar desafios, só assim ele vai deixar de ser acomodado e buscar um aprendizado mais significativo para ele e para o aluno. "O professor que não está preparado para o desafio tem que estar fora da escola", afirma.

Na visão de Maria Tereza, a escola tem de adotar novas referências de ensino e refutar conceitos tradicionais que segmentam a informação e o repassam sem estabelecer sentido. É muito importante que o professor se envolva com o universo dos alunos e que passe um posicionamento sobre o que o rodeia, estimulando a crítica à sociedade em que vivem. Sendo avaliado conforme seu potencial, sem o critério de provas padronizadas⁵.

⁵ Pensar XXI, outubro/ 2001.

PRECONCEITO E FALTA DE COMPROMISSO

Estima-se que cada vez mais crianças nascem ou adquirem uma deficiência grave, a qual, se não obtiver a atenção que lhe é devida, pode impedir seu desenvolvimento. A causa destas deficiências pode ser genética, congênita ou acidental e todas estas crianças possuem necessidades especiais de aprendizado, em alguma época durante a escolaridade, e / ou durante a vida toda.

O descompromisso dos órgãos governamentais com o social, tem sido um grande obstáculo na vida das pessoas com Necessidades Especiais que muitas vezes, implica em riscos de não sobrevivência ou de uma vida precária e sub-humana. Este é o retrato da triste realidade hoje no planeta Terra e sobretudo no Brasil, destacando as regiões Norte e Nordeste, também as periferias das capitais brasileiras.

Embora muitas empresas dediquem atenção especial ao problema da inserção do "deficiente"; a Lei e o estado também. Infelizmente eles ainda encontram muitos obstáculos no campo do trabalho, acredita-se que a sua deficiência irá influenciar no processo de produção e acontecer possíveis preocupações com problemas ocorridos com o profissional com Necessidades Especiais. As empresas ainda não estão disponíveis a dar toda a atenção que estas pessoas às vezes necessitam.

Vivemos uma realidade basicamente capitalista e a política econômica atual tem como lema o lucro - retorno em grande quantidade. Acredita-se que uma pessoa com Necessidades Especiais não é capaz de produzir como uma "normal", embora estatísticas de produção das empresas que são beneficiadas com o trabalho de pessoas "deficientes" provem o contrário, infelizmente ainda existe uma herança da supervalorização da mão-de-obra dos tempos da revolução industrial.

A sociedade em geral ainda carrega consigo o preconceito que herdaram dos antepassados, motivo pelo qual muito se deixa de fazer em prol de uma comunidade sobre como conviver com a diferença sem ser indiferente. É este preconceito que impede as pessoas de serem solidárias, humanas e assumir um compromisso de mudança em favor da vida e do bem viver.

CONTENTS

Quando abordar o assunto inclusão fica claro que buscar o potencial nas identidades individuais, trata-se de descobrir talentos em todas as pessoas individualmente, partindo-se do pressuposto de que ninguém é tão severamente prejudicado que não possua uma habilidade.

Pela prática da inclusão é oferecida uma educação de qualidade sem excluir ninguém; atende a diversidade humana, as múltiplas inteligências respeita e valorizar o potencial de cada aluno, percorrendo novos caminhos para o saber.

A tarefa de implantação da inclusão não é fácil. São muitos os obstáculos como as atitudes e hábitos negativos, o preconceito e a discriminação por parte da sociedade que tem como herança uma cultura arraigada e tradicionalista.

Na educação é necessário desenvolver currículos apropriados e flexíveis, que permita aos professores dar tempo adicional e apoio instrucional a alunos que têm necessidades especiais de aprendizado. E criar padrões de avaliação que respeitem a diversidade de capacidade dos alunos.

No Brasil a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ainda se dá, na maioria das vezes, por meio de integração. E está apenas começando, a maior iniciativa é de algumas empresas multinacionais influenciadas pela prática inclusivista em seus países de origem.

REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS

OBRAS DE REFERÊNCIA

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário aurélio básico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

XIMENES, Sérgio. **Minidicionário Ediouro língua portuguesa.** 6ª ed, Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia.** São Paulo: Martins, 1996.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Celso. **As inteligências múltiplas e seus estímulos.** São Paulo: Scipione, 1998.

AQUINO, Júlio Groppa. **Diferenças e preconceitos na escola.** São Paulo: Summus, 1998.

ARANTES, Paulo et alii. **A filosofia e seu ensino.** 2ª ed, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CARMO, Apolônio Abadio. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina.** MEC_ Secretaria de Desportos, Brasília, 1994.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente.** Campinas: Papirus, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, Susan & STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores.** Trad Magda Franca Lopes, Porto Alegre: Artmed, 1999.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo, Cortez, 2000.

GULES, Thomas Ranson. **Filosofia da educação.** São Paulo, VER, 1983.

BIANCHETTI, Lúcio & FEIRE (ORGS) , Ida Maria. **Um olhar sobre a diferença.** São Paulo: Papyrus, 1998.

AMARAL L. A. **Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules).** São Paulo: Robe, 1995.

BUENO, J. G. S. **A integração social das crianças deficientes.** São Paulo: Senac, 1997.

CROCHIK, J. L. **Aspectos que permitem a segregação na escola pública.** São Paulo (conselho de Psicologia- casa do Psicólogo), 1997.

PERIÓDICOS

MANSUR, Alexandre. **Quando os médicos erram.** In *Veja*, nº 1557, São Paulo: Abril, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Quantas pessoas tem deficiência?** In *Nacional de Reabilitação*, nº 6, ano I, São Paulo Set/out, 1998.

_____. **Educação profissional e colocações no trabalho.** In *Nacional de Reabilitação*, nº 8, ano II, São Paulo, mar/abr 1999.

_____. Resumo da palestra apresentada no I ciclo de debates da APAC em 14/6/99.

UNESCO. **Boletim EFA 2000.** Nº 32, 7 Place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP (França).

MEC, (Manchete) **Educação especial.** Brasília_ DF, março 2000, p11.

UNESCO. **The salamanka statement and framework for action on special needs education.** 7-10 de junho 1994, 47p.